

TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gabriel Guanabará Lemos Marques
Universidade Federal Fluminense
gabrielguanabaran@yahoo.com.br

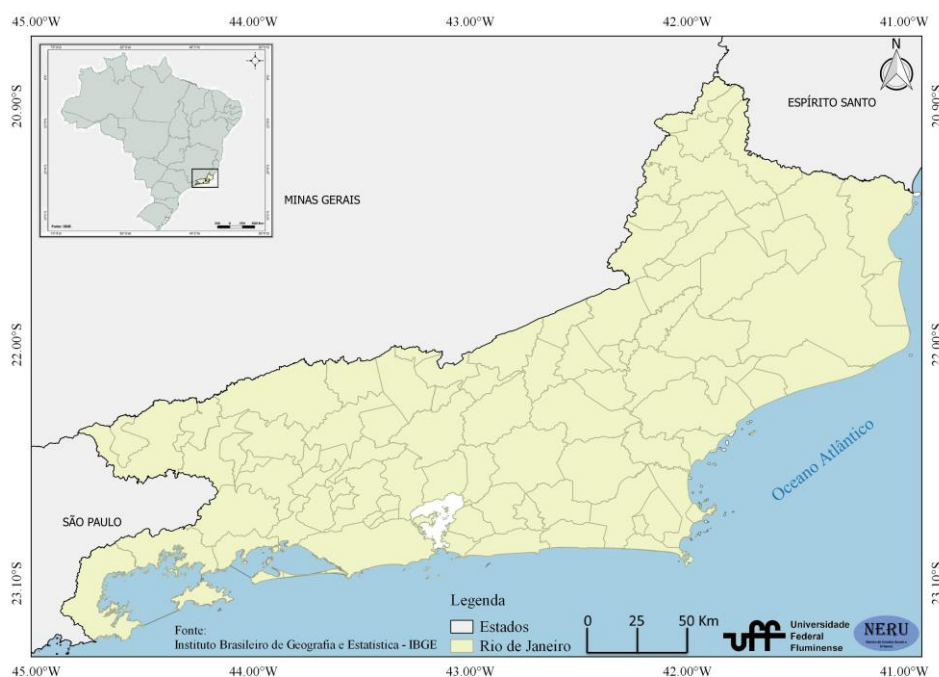
Maria do Socorro B de Lima
Universidade Federal Fluminense
sblima22@yahoo.com.br

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de estudos que originalmente fizeram parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Cujo objetivo do artigo é analisar a dinâmica territorial da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, entre meado de 1930 a 1990.

Nesse contexto, construiu-se um breve panorama da trajetória da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1), destacando inicialmente os conflitos entre os grandes proprietários de terra e os movimentos sociais rurais que lutaram e lutam pelo acesso e a democratização da terra. No âmbito desse contexto foram (re)definidas as bases da estrutura territorial e a organização dos movimentos sociais nos confrontos pela implantação de um projeto de reforma agrária no Rio de Janeiro.

Mapa 1– Estado do Rio de Janeiro





2 - METODOLOGIA

Adotamos o Estudo de caso como recurso metodológico, pois consiste em uma abordagem de investigação adequada, quando procuramos explorar, compreender ou descrever acontecimentos e contextos complexos. Ao tratar da dinâmica agrária no estado do Rio de Janeiro e, por consequência, dos conflitos gerados na luta pela terra utilizamos os mapas produzidos pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária – FFP da UERJ – São Gonçalo, coordenado pelo Professor Drº Paulo Alentejano com objetivo de mostrar visualmente a espacialização dos conflitos entre as décadas de 1950 a 1990 e averiguar a formação de uma nova (re)organização territorial, mediada pelos movimentos sociais rurais.

A pesquisa evidenciou que a organização territorial e, por consequência, a territorialização da luta pela terra, resulta da inter-relação de como os diferentes sujeitos estabelecem com o território geográfico. Ademais, foram abordadas as políticas públicas desenvolvidas pelos governos estaduais entre meado de 1930 a 1990, voltadas para minimizar os problemas fundiários e os conflitos a eles correlatos no âmbito estadual.

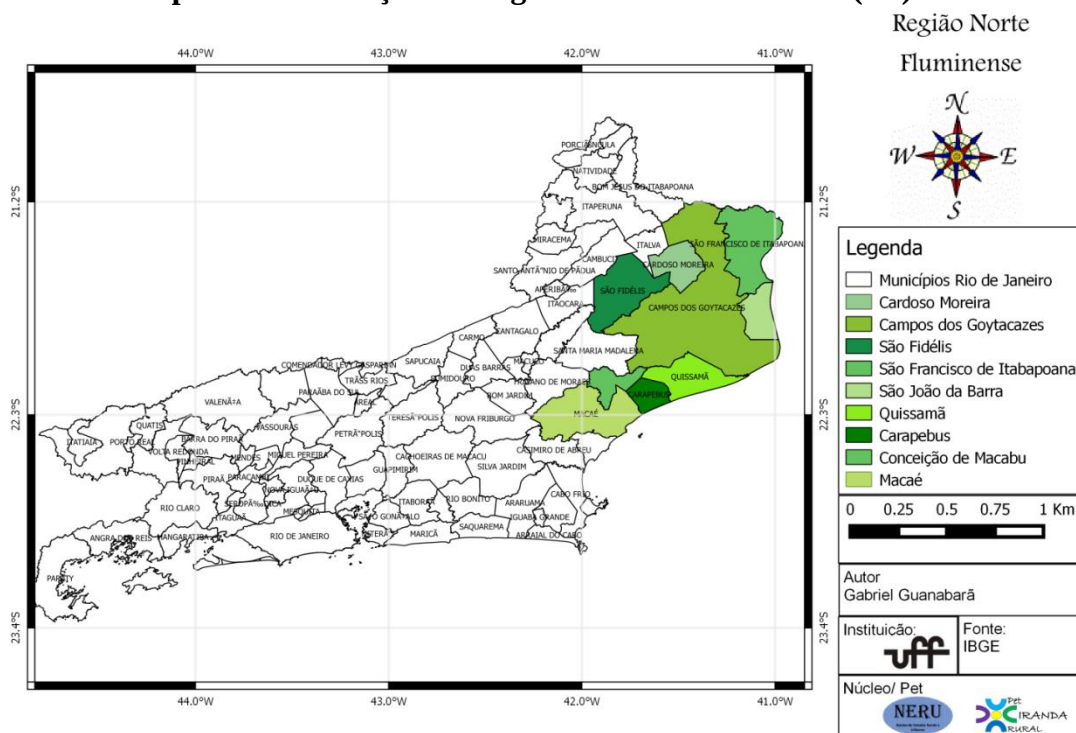
Nesse sentido, os conflitos gerados pela luta por terra, ocasionaram um nova (re)organização no território visto que, a partir da década de 1950, houve um processo de urbanização na região metropolitana que espraiava sua abrangência territorial em direção a baixada fluminense. Contudo, a resistência da população local, dos posseiros e dos trabalhadores rurais, frente aos avanços da especulação imobiliária ocasionou uma série de conflitos, que estavam concentrados na região metropolitana.

Já em 1960 e, com mais contundência, nos anos 1970, os conflitos vão se intensificando quantitativamente indo em direção à Baía de Ilha Grande e para Baixada Litorânea, sobretudo influenciados pela construção da rodovia Rio-Santos, que vai na direção da Baía da Ilha Grande, cortando os municípios de Parati e Angra dos Reis. Estes se tornam áreas de forte especulação, ao passo que, à valorização das terras que margeiam a rodovia, além da instalação na área de grandes projetos industriais e turísticos. O mesmo episódio é visto seguindo para Baixada Litorânea, principalmente com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, (Ponte Rio-Niterói /1974), e com as melhorias no trecho norte da BR-101, que facilitaram o acesso à região e por consequência trouxe a especulação imobiliária ligada ao desenvolvimento do turismo na região.

Na década posterior (1980), os conflitos retornam as áreas periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro, com a (re)inserção das populações excluídas na luta pela terra, devido principalmente ao desemprego e subemprego no meio urbano gerado pela crise econômica. Esses trabalhadores vislumbravam nas ocupações de terras uma alternativa de sobrevivência, deste modo, o número de conflitos gerados, principalmente nos municípios de Magé, Nova Iguaçu e Itaboraí aumentaram.

Por fim, na década de 1990, há uma maior interiorização da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, indo em direção principalmente a região Norte Fluminense (Mapa 2) e a atuação mais contundente do MST nas mobilizações e organização das ocupações de terras, sobretudo nas terras das áreas das usinas de açúcar e álcool que faliram por volta da década 1980 (CRUZ, 2014).

Mapa 2 – Localização da Região Norte Fluminense – (RJ)



Reforma Agrária no Rio De Janeiro

A temática da reforma agrária por sua relevância social e política é alvo de inúmeros estudos e debates. No caso brasileiro, o Estado Nacional e seus entes federativos não foram capazes de formular uma ação eficaz para resolução da problemática, tendo a ação estatal se caracterizado ao longo do tempo pela repressão aos movimentos sociais e/ou ações pontuais para minimizar os conflitos latentes.



No caso o Rio de Janeiro, adotamos a periodização formulada por Arrezo (1998) no intuito de destacar as sucessivas dinâmicas territoriais que levaram a produção e o (re)ordenamento do território, visto que as lutas entre colonos posseiros, prepostos e grandes proprietários de terras ocorreram no Estado. Segundo o autor, essas dinâmicas ocorreram principalmente em três direções:

(a) *Recôncavo da Guanabara*, onde o domínio da cana-de-açúcar promoveu a prosperidade da região até o século XVIII, quando a avoura é abandonada devido a várias circunstâncias, entre elas, a abertura do novo caminho para Minas Gerais e o entulhamento dos rios, que impediam a navegação. Com isso, os engenhos centrais entraram em decadência, seus ocupantes buscaram outras atividades, com isso as terras ficaram a mercê.

(b) *A do sertão do leste*, envolvendo o planalto, desde o município de Resende até a parte mais setentrional do Estado do Rio de Janeiro. Em função da expansão da cafeicultura que ocasionou o desbaste de espessa cobertura vegetal, gerando o maior desastre ecológico da época. A região que já perdia produtividade pelo desgaste do solo, entra em decadência com a abolição da escravidão. As propriedades ficaram entregues a prepostos que as arredaram e partilharam.

(c) *A da baixada campista*, de lenta conquista devido a dificuldades de acesso por mar e de intercâmbio com o Rio de Janeiro. Durante cem anos, os conflitos pela posse da terra, envolvendo índios, herdeiros de sesmeiros, colonos jesuítas e monges beneditinos foram uma constante. Quando ocorre a pacificação, a região prosperou com inúmeros engenhos de cana-de-açúcar, mas também entrou em decadência com a abolição.

Desse modo, as frações do capital agrário¹ e comercial², dinamizaram a organização do espaço/território “a partir da combinação de seus interesses com as particularidades ambientais existentes no estado, onde estas desempenhavam importante papel na definição das formas de ordenamento do território” (ALENTEJANO, 2003, p. 109).

¹O capital agrário não é um segmento monolítico do capital em geral, mas uma composição de diferentes estruturas políticas e econômicas dentro da agricultura (PAULA, 1993, p. 291).

² Em linhas gerais, o capital comercial, é aquele que “pairava sobre a base produtiva da economia-mundo capitalista: ele articulava pelo alto as diversas formas de produção” (MARIUTTI, 2012, p 1).



Oliveira (2006), observa que nas décadas iniciais do século XX, a configuração regional foi profundamente modificada, visto a decadência da oligarquia cafeeira e a ascensão de uma burguesia industrial. Segundo Alentejano (2005) tal configuração foi materializada a partir da ação do capital industrial e do capital imobiliário.

O primeiro [...] responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo [...] principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo. (ALENTEJANO, 2005, pp. 49-50)

No âmbito desse novo contexto econômico e político foram redefinidas as bases da estrutura territorial e a organização dos movimentos sociais no Rio de Janeiro. ao retomar o contexto histórico, no período da República Velha (1889 -1930), o “estado do Rio, seguindo medidas tomadas pelo governo federal, promulgou a Lei nº. 810, de 5/10/1907, para [...] (definir/determinar) as terras públicas estaduais” (Arezzo, 1998, p. 43), e, posteriormente, promover a colonização ordenada destas terras. Outra ação que implicou na reapropriação de terras públicas pelo Estado e as encaminhou para colonização, deu-se,

Durante o Estado Novo, uma primeira grande ação de discriminação de áreas públicas, promovidas pela Comissão Revisora de Terras, conseguiu reaver grandes extensões de terras, então ocupadas por invasores e pretensos proprietários, e destiná-las para colonização agrícola (AREZZO, 1998, p.44).

Ainda neste cenário, ao final do segundo governo Vargas (1951-1954), criaram-se condições para uma política de cunho nacional, com a

[...] criação de uma autarquia – Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), oriunda da fusão de outros órgãos ligados à colonização e imigração, e com a finalidade de conduzir o processo de colonização/imigração em bases técnicas (AREZZO, 1998, p.44).

No entanto, com a chegada de Juscelino Kubistchek a presidência da república (1956 – 1961), a transferência da capital para Brasília (1960), Planalto distante, de difícil acesso e pouco povoado, dificultou a realização de mobilizações populares capazes de pressionar o governo federal a tomar medidas eficazes no atendimento às demandas oriundas do conflito agrário, como resultado, ocorreu à ampliação dos conflitos rurais, no Estado do Rio de Janeiro.

Já no âmbito do governo estadual e, em resposta as reivindicações por terras, o governador eleito Roberto da Silveira (1959-1961) implementou ações afim de atender ou minimizar as demandas elencadas pelos movimentos sociais que desde da década de 1950 foram organizados pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB e pela Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com Silva (2014).



Então,

[...] ao contrário dos governos anteriores que relutavam em atender a luta pela terra, [esse governo] faz algumas intervenções efetivas em áreas onde os conflitos rurais ocorreram. O governo propôs um Plano de Ação Agrária, que foi transformado, por intermédio da pressão do legislativo estadual, no Plano de Colonização de Terras Devolutas que resultou em diversas áreas desapropriadas (SILVA, 2014, p. 43).

Desta maneira, Silva (2014) indica que o Plano de Ação Agrária possibilitou a realização de uma série de desapropriações de terras para fins de reforma agrária, cujo resultado consistiu na

(A) Realização (de) 20 desapropriações de terra(s) no estado do Rio de Janeiro, sendo 13 na área da Baixada, ao passo que a SUPRA, no período 63/64, realizou 10 desapropriações no estado, sendo 8 na região, algumas incidindo sobre áreas já atingidas pelo Plano Agrário, mas que continuavam sendo palco de intenso conflitos (ALENTEJANO, 2005 *apud* SILVA, 2014, p. 43).

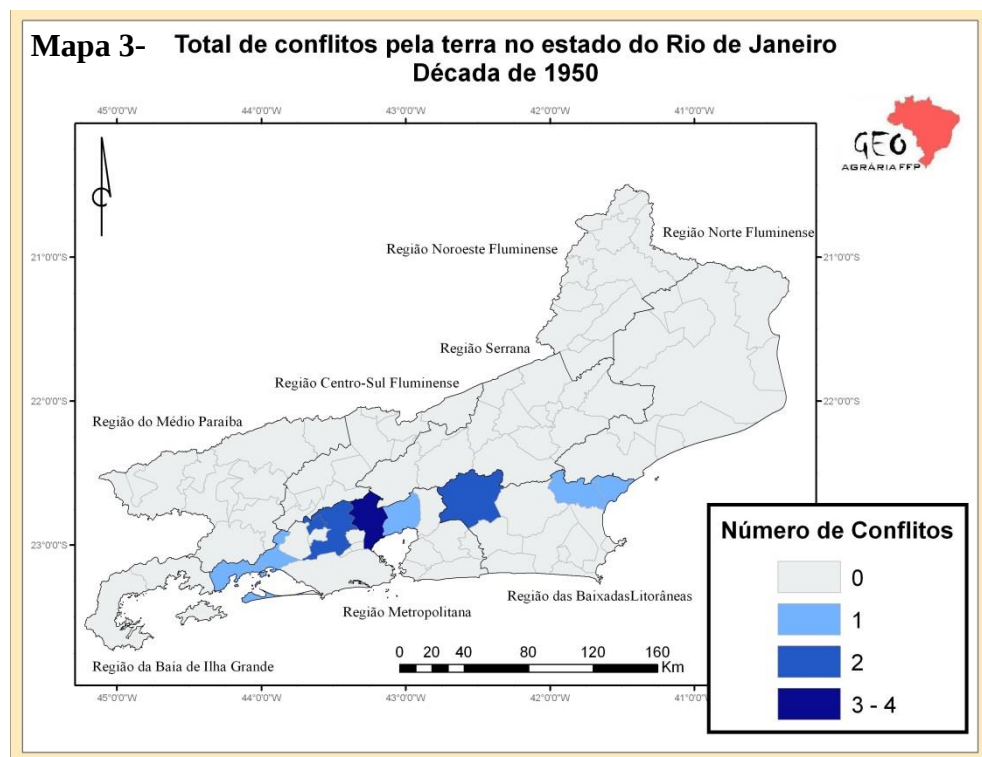
Na esfera da união a drástica inversão no quadro político com a instauração da ditadura militar, silenciou e criminalizou as mobilizações, enfraquecendo os movimentos que lutavam pela democratização de acesso à terra.

No Estado do Rio de Janeiro foi formulado o Plano Regional (1965) que constava em quatro procedimentos, que de alguma forma seguiam a linha aberta por Silveira para tratar a questão agrária: (a) recuperação e regularização das antigas unidades de colonização, que agora seriam colocadas como polos de desenvolvimento rural integrado, aproveitando a infraestrutura patrimonial existente; (b) preservação das áreas agrícolas contra a urbanização especulativa e os loteamentos esterilizadores (c) reaproveitamento de algumas áreas desapropriadas pelo então governo federal, por vício de origem; (d) e, finalmente, aquela que seria a verdadeiramente e única ação possível de reforma agrária regional, caracterizada pelo aproveitamento da grande baixada formada pelos vales de S. João, Macaé/São Pedro e Imbé, totalmente inaproveitadas, mas condicionada a grandes investimentos em saneamento ambiental e irrigação (AREZZO, 1998, p. 45-46).

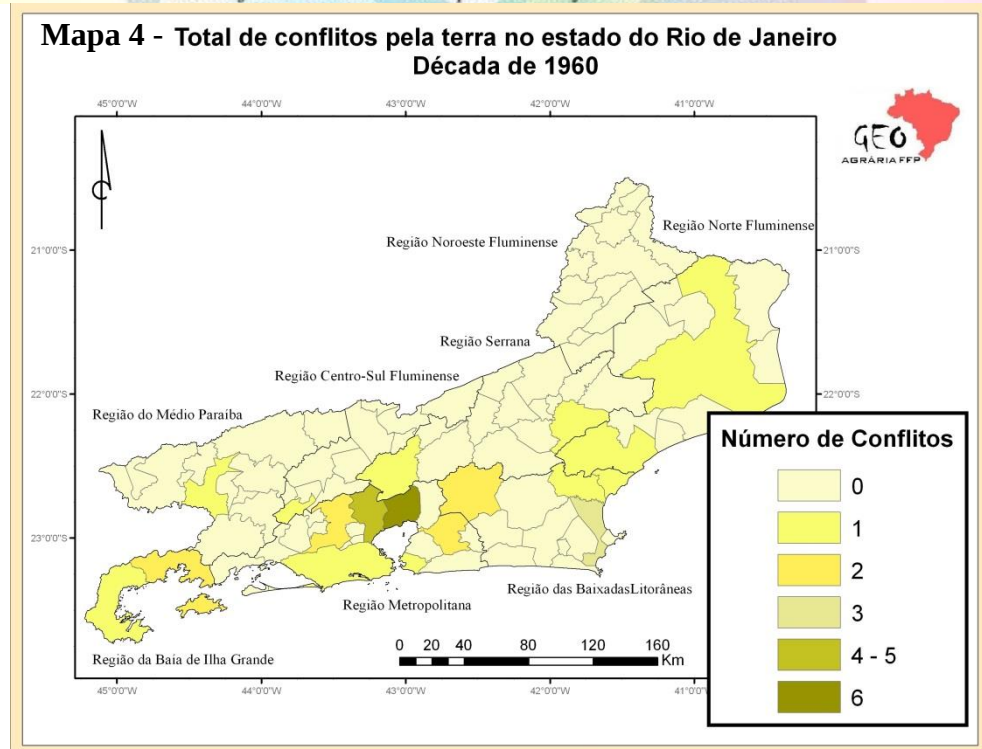
A oposição dos grandes proprietários de terras ao Plano Regional foi capaz de limitar seu alcance. Fundamentados no discurso de que suas terras estavam inseridas no perímetro urbano, visto o crescimento das cidades, estas não poderiam ser confiscadas ou desapropriadas, então diversos proprietários recorreram judicialmente para reaverem suas propriedades ou ter a suspensão dos trâmites judiciais, assim:

[...] áreas desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos donos que alegavam o direito à propriedade destas. Argumentavam que se tratava de áreas com inclinação urbana, sendo inadequada ao uso agrícola. Essa política contribuiu para a intensificação do processo de especulação imobiliária característico da região (SILVA, 2014, p.44).

O estado do Rio de Janeiro apresentou a partir da década de 1950 um processo de crescente urbanização que gerou conflitos fundiários revelando a espacialidade da luta pela terra no território fluminense. Como evidenciado, os conflitos estavam agrupados nas adjacências da franja metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (vide Mapa 3), muito em virtude da resistência da população frente ao avanço da especulação imobiliária urbana, responsável pela expulsão de posseiros e trabalhadores, ademais a situação conflituosa se desdobrou na década seguinte (1960) em duas frentes de conflitos, potencializados pela migração dos expropriados: (I) o agravamento dos conflitos na região da Baixada Fluminense e (II) a geração e/ou ampliação de conflitos no interior do Estado, indo em direção à Baía de Ilha Grande e para Baixada Litorânea (Mapa 4).

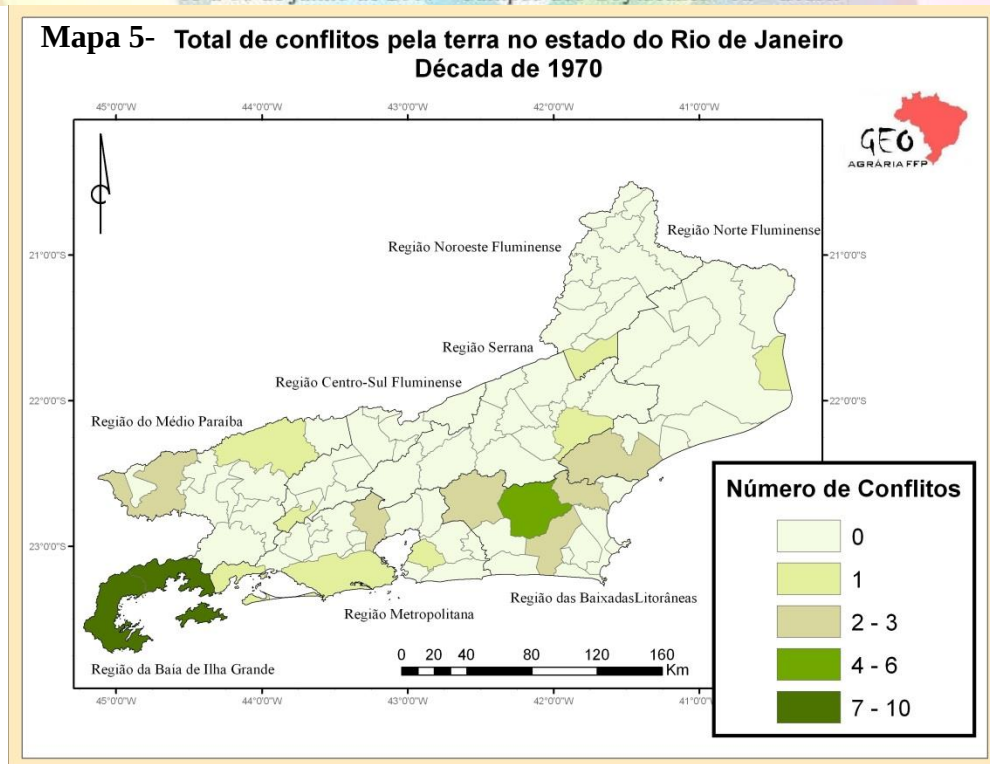


Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária. Disponível em: <<https://geoagrariaffpuerj.wordpress.com/>> Acessado em: 18/12/2016



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.wordpress.com/> Acessado em: 18/12/2016

Na década de 1970, os conflitos por terra vão se deslocando (territorializando) no Estado do Rio de Janeiro, acentuadamente na direção da Baía de Ilha Grande e Baixada Litorânea (Mapa 5), sobretudo influenciados pela construção da rodovia Rio-Santos, que vai na direção da Baía da Ilha Grande, cortando os municípios de Parati e Angra dos Reis. Estas tornam-se áreas de forte especulação, visto a valorização das terras que margeiam a rodovia, além da “instalação na área de grandes projetos industriais e turísticos” (SILVA, 2014, p. 44). O mesmo episódio é visto seguindo para Baixada Litorânea, principalmente com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, (Ponte Rio-Niterói /1974), e com as melhorias no trecho norte da BR-101, que facilitaram o acesso à região e, por consequência, trouxe a especulação imobiliária ligada ao desenvolvimento do turismo na região, desencadeando “inúmeros conflitos pela posse da terra da região, confrontando grileiros com posseiros e pequenos proprietários” (SILVA, 2014, p. 44).



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.wordpress.com/> Acessado em: 18/12/2016

Quando Leonel de Moura Brizola torna-se governador do Estado do Rio de Janeiro (1982 – 1986) um de seus compromissos de campanha foi a resolução da questão fundiária no Estado do Rio de Janeiro. Mas, é sabido que,

O governo encontrava-se despreparado do ponto de vista institucional, atuando através de três secretarias: Justiça e Interior, Trabalho e Habitação e Agricultura e Abastecimento, que disputavam entre si o direcionamento da questão. Essas secretarias implantaram programas emergenciais e inovações institucionais que se revelaram bastante inconsistentes no desenrolar dos conflitos, dados aos interesses antagônicos envolvidos na questão agrária (OLIVEIRA, 2007, p.17).

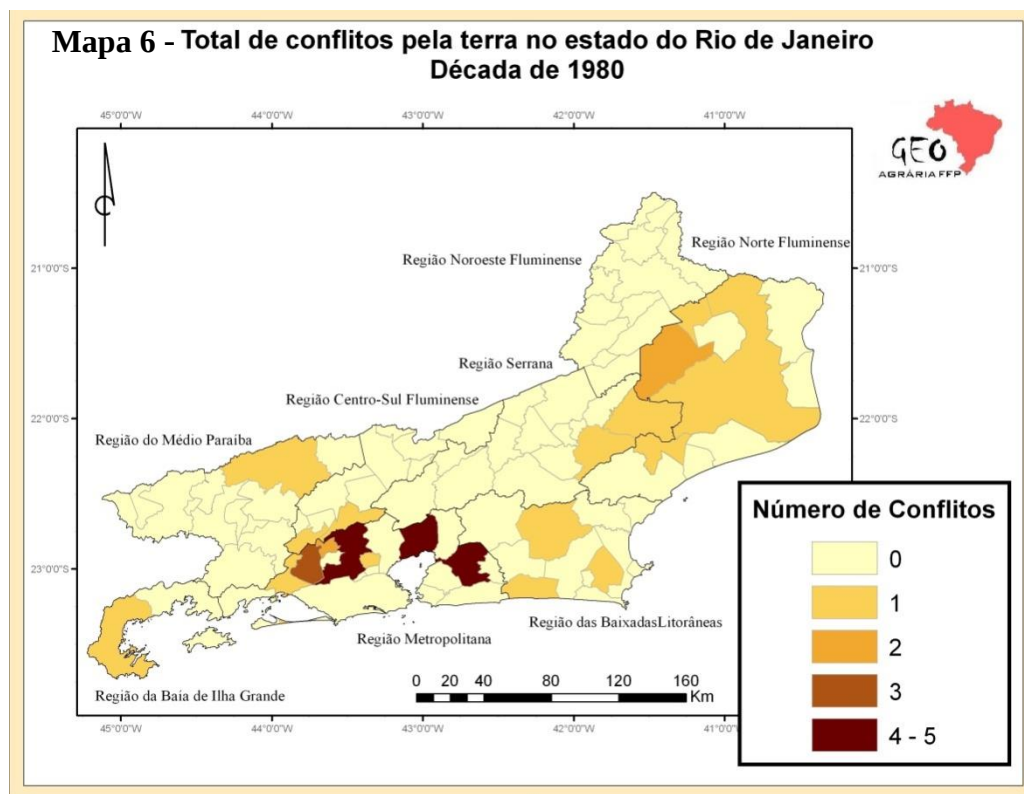
À medida que o movimento de luta pela terra ia crescendo, as ações desenvolvidas pelo governo Leonel Brizola tiveram o intuito de “enfraquecer” organizações como o MST, a FETAG e CPT, e, ao mesmo tempo, granjear o reconhecimento do Estado (governo Brizola), como principal interlocutor dos demandantes por terras,

Nos assentamentos, o governo forneceu alimentos, material de construção, recursos financeiros para a compra e aluguel de material necessário na agricultura (tratores, insumos etc), assistência técnica, além de infra-estrutura social e produtiva (OLIVEIRA, 2007, p.18).

Numa etapa subsequente, o governo criou a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), vinculada à Secretaria de Justiça e Interior, em 1983, e mais tarde, a Secretaria

de Assuntos Fundiários, em 1986, tentando trazer para a tutela do estado a resolução dos conflitos agrários.

Mesmo com as ações tomadas para minimizar os conflitos agrários, o que se constatou na década de 1980 foi a volta intensificada dos conflitos na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, com a (re)inserção das populações excluídas na luta pela terra, devido principalmente ao desemprego e subemprego no meio urbano gerado pela crise econômica. Esses trabalhadores vislumbravam nas ocupações de terras uma alternativa de sobrevivência, deste modo, o número de conflitos gerados, principalmente nos municípios de Magé, Nova Iguaçu e Itaboraí aumentaram (Mapa 6).



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária. Disponível em: <<https://geoagrariaffp.uerj.wordpress.com/>> Acessado em: 18/12/2016

A eleição de Moreira Franco (1987 – 1991) representou um esvaziamento político da Secretaria responsável pela questão fundiária que foi fundida com a Secretaria de Habitação, acarretando a redução dos recursos investidos na resolução de conflitos por terra, bem como na assistência prestada aos assentamentos.

A chegada de Marcello Nunes de Alencar (1995 – 1998) ao Palácio da Guanabara sinalizou a retomada do processo de democratização de acesso à terra via políticas estaduais. Um dos seus primeiros atos foi a criação do Instituto de Terras e



Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, que trouxe em seu planejamento inicial a inclusão de quatro programas: “(1) organização de assentamentos dos trabalhadores sem terra; (2) administração do patrimônio público (terras públicas estaduais); (3) ordenação do território; (4) regularização de terras de pequenas comunidades rurais” (SILVA, 2014, p. 47).

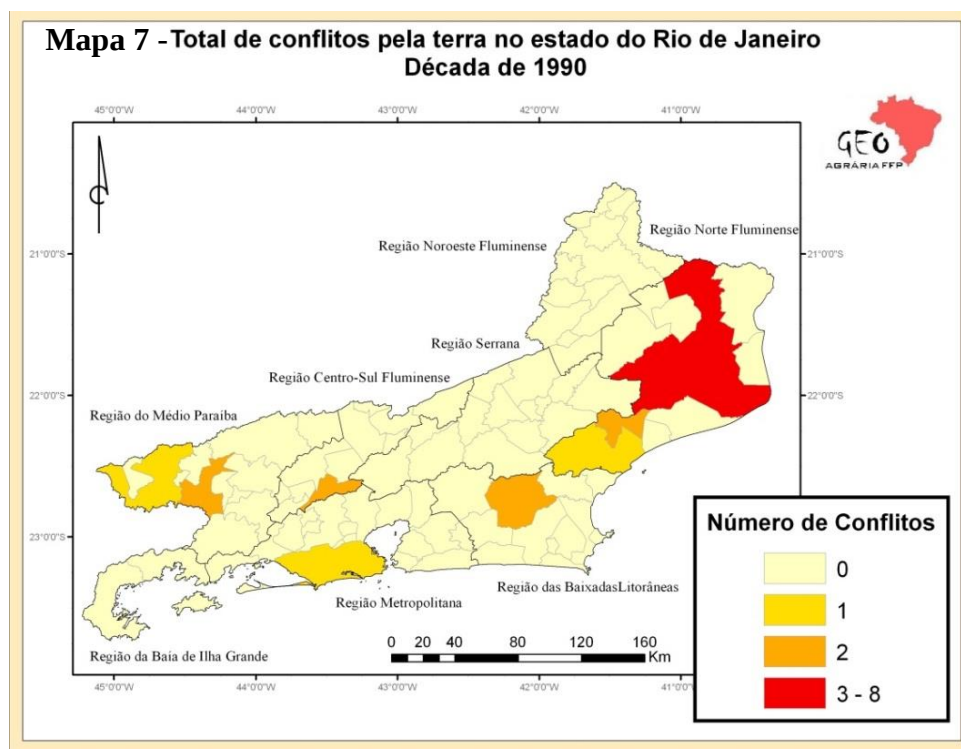
O governador eleito Anthony Matheus de Oliveira – o Anthony Garotinho (1999 – 2002), e sua sucessora Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira – a Rosinha Garotinho (2003 – 2007), mantiveram a atuação do ITERJ, merecendo destaque em seus governos, a titulação de famílias e a assinatura do importante Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério das Cidades, a Associação de Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro e o ITERJ, “visando o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a desenvolver o processo de regularização fundiária em todos os municípios do Estado” (OLIVEIRA, 2006, p. 8).

A partir da assinatura do convênio e da proposta do governo de regularizar a questão fundiária no Estado do Rio, foi criado o Programa Nossa Terra (2005), que em sua estrutura articulava os seguintes projetos: (a) Projeto de Apoio a Produção – que teve como estratégia garantir a incorporação de culturas de maior valor agregado e criação de pequenos animais nos assentamentos; (b) Projeto Núcleo Produtivo – cujo objetivo foi promover a implantação de núcleos produtivos nos assentamentos rurais e empreendimentos econômicos nos assentamentos urbanos (OLIVEIRA, 2006).

No final do governo de Rosinha Garotinho foi criado o modelo piloto de assentamento rural na “Comunidade Agrícola Antônio de Farias, assentamento localizado em Campos, com 93 famílias, projeto iniciado no Governo Garotinho e retomado pela administração de Rosinha Garotinho” (OLIVEIRA, 2006, p. 9).

Como observado anteriormente à década de 1990 se caracteriza por uma maior interiorização da luta pela terra no Estado e pelo importante papel desempenhado pelo MST nas mobilizações e organização das ocupações no Norte Fluminense, nas terras do entorno da área central de Campos dos Goytacazes, nas usinas de açúcar e álcool que faliram por volta da década 1980 e acarretaram um desemprego expressivo, que desencadearam inúmeros conflitos por terra nessa região. Dessa forma, compreendemos que a questão agrária atravessa a “ponte” (se interioriza) em maior quantidade e intensidade alcançando a região Norte Fluminense e, em especial o município de

Campos dos Goytacazes; que a partir de 1990 passa a ser palco da maior parte dos conflitos no Estado do Rio de Janeiro (Mapa 7).



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.wordpress.com/> Acessado em: 18/12/2016

Dotada de específicas condições econômicas, sociais, políticas, históricas e geográficas, a região Norte Fluminense caracterizada historicamente como principal produtora de cana de açúcar no Estado do Rio de Janeiro, deixou registrado na estrutura fundiária uma alta concentração de terra, decorrente da atividade sucroalcooleira e das sucessivas modernizações no parque industrial dessa atividade, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, que vai apresentar na sua estrutura uma linearidade nos índices de Gini entre os anos de 1972 – 2014³, que passou a variar entre 0,787 a 0,805.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos assentamentos rurais como territórios de interações sociais e lutas políticas são constantemente redefinidas no tempo e no espaço.. Assim, os assentamentos rurais têm provocado um redesenho no campo ou espaço rural, modificando não só a paisagem, mas, sobretudo o espaço geográfico. Dessa maneira, esses novos territórios construídos vão adquirindo outras formas de organização

³ Para maiores detalhes consultar: Souza et al (2007) e Guanabara, Gabriel (2017)



territorial, muito em função das especificidades de seus ocupantes, por isso, ao se analisar esses territórios é necessário que se reconheça as articulações existentes entre as diferentes dimensões do território (economia, política e cultural). Por fim, concluímos que esse novo território representa não só a sua apropriação material, mas, sobretudo, uma mudança nas relações de poder e nas estratégias de reprodução social, política e cultural.

Mesmo deslocado de uma efetiva política de reforma agrária, os assentamentos rurais, vem demonstrando possibilidades alternativas para desenvolvimento econômico, social e ambiental, como podemos verificar com a inserção dos agricultores nos diferentes canais de comercialização, nos mercados institucionais, por exemplo. Ademais, a mobilização e reativação do colegiado territorial do Norte Fluminense - espaço de troca de informações e conhecimento, de elaboração e discussão de políticas públicas - demonstra o protagonismo dos diferentes movimentos sociais rurais e dos coletivos organizados na construção de políticas Públicas. Tudo isso demonstra, a despeito das críticas a importância dos assentamentos rurais como uma experiência viável de reforma agrária no (re)ordenamento territorial fluminense

4 - REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 2003. n.º fl: 297. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de ciências humanas e sociais. Departamento de Desenvolvimento, agricultura e Sociedade. Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário Fluminense. **GEographia**, América do Norte, vol. 7. N.º 13, fev. 2005. p. 49-70. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/179/171>> Acesso em: 17/01/2016.
- AREZZO, Dryden Castro de. Administração fundiária no Estado do Rio de Janeiro: das sesmarias à colonização e assentamentos. In. CARNEIRO, Maria José. et al. **Campo aberto. O rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- GUANABARÃ, Gabriel Lemos Marques. **Dinâmica territorial da região Norte Fluminense: um olhar sobre o assentamento Ilha Grande – Campos dos Goytacazes - (rj)**. 2017. N.º fl 124. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de



Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução.** 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3245&tp=a>>. Acesso em: 15/07/ 2016.

OLIVEIRA, Danielle Barbosa da Silva. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro: uma análise comparativa da política governamental . In. **III Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”** 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/36.pdf>> Acesso em: 22/07/2016.

PAULA, Nilson de. A EMPRESA RURAL NO BRASIL: O CAPITALAGRÁRIO PERDENDO SUAS RAÍZES. **Revista Eletrônica FEE – Indicadores Econômicos**, vol. 21. n. 2, 1993. p 1-25. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/563/798>> acessado em: 15/07/2016

SILVA, Rafaela Gonçalves da. **Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: um estudo de caso do Assentamento Antônio de Farias no Município de Campos dos Goytacazes.** 2014. N flº 70. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso), Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

SOUZA, Paulo Marcelo de; PONCIANO, Nivaldo José and MATA, Henrique Tomé da Costa. Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. 2007, vol. 45, n. 1, pp. 71-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-200320070001> Acessado em: 13/01/2017